

O ANTROPOCENO COMO IDEOLOGIA

Por Maria Corrêa Bertoche e
Valdir Eduardo Ribeiro Júnior

A emergência de eventos climáticos extremos em todo o planeta não afeta igualmente as populações e os países. Nações com menos infraestrutura social e política e em uma posição explorada na divisão social internacional são mais afetadas pelas catástrofes climáticas e têm menos condições de responder a elas quando o pior acontece, basta lembrar do terremoto que devastou o Haiti há poucos anos. Os movimentos ambientalistas vêm ajudando a compreender o esgotamento da natureza, o aquecimento global e as mudanças climáticas atreladas a nossa forma de viver no mundo. Contudo, entre os que debatem as questões ambientais, cresce uma percepção - que aqui chamaremos metafísica - de que o problema é causado pelo comportamento humano.

A essa percepção corresponde um conceito, Antropoceno. Ele foi gestado entre cientistas naturais e descreve o presente como uma era na qual o ser humano se tornou uma força geológica. Por um lado, ele chama a atenção para os efeitos do progresso técnico científico sobre a natureza e para o inegável e acelerado processo de degradação a que o mundo está sendo submetido. Por outro lado, o Antropoceno faz uma espécie de “tábula rasa” social da humanidade, esvaziando-a de raça, relações sociais, contexto político ou posição na divisão de classes promovida pelo capitalismo.

As consequências desse entendimento geram uma distribuição irrestrita de responsabilidades entre os seres humanos tratados como iguais - como em uma limitada forma de se entender democracia - e a uma individualização das soluções, como se a preservação da natureza dependesse de uma mudança de hábitos.

Essa forma de ver negligencia os paradoxos do modo de produção capitalista, esvazia a compreensão da racionalidade instrumental que marcou o advento da ciência moderna e não reflete sobre a financeirização da natureza com suas pegadas ecológicas e créditos de carbono. O conceito - ainda que aceitemos a boa intenção de seus autores - termina ajudando a esconder que o capitalismo, com sua meta de acelerar os processos de acumulação e de continuar sustentando lucros na exploração, é o grande responsável pela encruzilhada ambiental em que nos encontramos.

A contradição presente no conceito de Antropoceno não se restringe a uma celeuma teórica entre intelectuais diletantes, pois o conceito tem servido de instrumento para

organizações e instituições e tem sido apropriado por setores da esquerda, inclusive marxistas, como ferramenta de explicação da situação presente.

A adesão ao conceito por setores da esquerda tem chamado a atenção e não à toa, Michel Löwy, em um vídeo curto de divulgação científica da TV Boitempo, sintetiza a noção de Antropoceno como “o termo utilizado pela maioria dos geólogos para descrever uma nova era geológica [...] [em que] o ser humano está produzindo modificações substanciais no planeta”, para em seguida fazer o alerta de que, enquanto marxistas, temos que constatar que essas mudanças não são o produto de uma ação humana em geral, mas do modo capitalista de produção e de como ele se intensificou com a globalização neoliberal nas últimas décadas, e que, se queremos impedir a catástrofe, “temos que atacar a raiz do problema, e a raiz do problema é o capitalismo” (Löwy, 2023).

A preocupação de Löwy se justifica também porque o conceito tem sido usado por setores importantes da burguesia, destacadamente aquela dedicada à produção de bens culturais, como é o caso do “Museu do Amanhã” no Rio de Janeiro, um dos mais visitados no país - patrocinado pela petrolífera Shell, pelo banco Santander e administrado pela Fundação Roberto Marinho - que faz do Antropoceno a pedra de toque da curadoria de sua exposição permanente. O espaço do Museu promete levar os presentes à tomada de consciência do papel do ser humano no fim do mundo através da sensibilização acerca das mudanças climáticas.

O conceito também tem sido tema entre atores do grande capital, como a revista Forbes¹ e o Fórum Econômico Mundial². A presença desse conceito entre os detentores e representantes dos grandes capitais mundiais nos impõe algumas questões desconfortáveis, entre elas: será que o Antropoceno é um conceito gestado pelo grande capital e favorece o sistema de dominação ou teria sido capturado por esse grande capital, sem perder sua vitalidade no enfrentamento às mudanças climáticas? O conceito, mesmo abraçando uma armadilha metafísica, seria útil para firmar compromisso éticos e bioéticos? O conceito de Antropoceno ajuda a compreender a correlação entre o modo de produção e as mudanças climáticas ou contribui para escamotear o problema? Seria o Antropoceno uma peça ideológica no sistema de dominação capitalista?

A despeito dessas questões, é preciso reconhecer que o conceito, apresentado informalmente em 1980 e publicado em artigo no ano 2000, tem ganhado cada vez mais projeção, e segue carente de maiores análises críticas. Este artigo pretende contribuir para a

¹<https://www.forbes.com/sites/brianbushard/2023/07/11/what-is-the-anthropocene-epoch-and-why-do-scientists-tink-a-lake-in-suburban-canada-defines-it/>

²<https://www.weforum.org/stories/2016/08/what-is-the-anthropocene-and-why-does-it-matter/>

abordagem crítica desse conceito, esmiuçando-o à luz da noção marxista de ideologia, para tentar apreender como e por que ele se populariza, e, é claro, o que fazer.

Na primeira sessão, uma breve leitura do conceito de Antropoceno e de sua gênese. Em seguida, uma sessão para a aproximação do conceito de ideologia, discutido a partir da síntese realizada por Marilena Chauí. Por último, uma breve seleção de questões que a abordagem que defendemos no texto permite e uma consideração acerca das lições que a leitura do Antropoceno através das lentes do marxismo pode ensinar.

O conceito de Antropoceno

No ano 2000, Paul Crutzen e Eugene Stoermer publicaram o artigo “Antropoceno” (2015), defendendo que estamos em uma era em que a humanidade é uma força geológica. Crutzen, neerlandês, ganhou o Nobel de química em 1995 por estudos da atmosfera e improvisou o termo em uma conferência. Depois disso procurou elaborar o conceito junto com Stoermer, que é professor de biologia da universidade de Michigan e já vinha utilizando informalmente o termo desde a década de 80. Eles iniciam o artigo apontando que o Holoceno, período dos últimos 10 a 12 mil anos, foi inicialmente proposto em 1833, sendo adotado oficialmente 52 anos depois.

Eles mencionam a expansão humana, tanto populacional quanto da utilização de recursos, quantificando as mudanças, e afirmam:

Considerando esses e vários outros crescentes impactos das atividades humanas na terra e na atmosfera, que acontecem em todas as escalas possíveis – inclusive global –, parece-nos mais do que apropriado enfatizar o papel central da humanidade na geologia e na ecologia propondo o uso do termo Antropoceno para a época geológica atual (Crutzen; Stoermer, 2015).

Ponderam que pode haver discussão sobre quando a época começaria - até se ela seria o próprio Holoceno - mas sugerem o fim do século XVIII, o que coincide com a invenção do motor a vapor, em 1784. Eles sinalizam que “a não ser que ocorram grandes catástrofes [...] a humanidade vai continuar sendo uma importante força geológica por muitos milênios, talvez por milhões de anos”. Eles não apontam o fim do mundo, muito menos da humanidade, mas apontam uma necessidade objetiva:

Uma das principais tarefas futuras dos homens [sic] será desenvolver uma *estratégia mundialmente aceita* que leve à sustentabilidade de ecossistemas contra estresses induzidos por humanos, e isso vai requerer *pesquisa intensiva e aplicação inteligente* do conhecimento até aqui adquirido na noosfera, mais conhecida como sociedade do conhecimento ou da informação. Uma tarefa empolgante, mas também difícil e assustadora, se coloca para a *comunidade mundial de pesquisa e engenharia*, para que lidere a humanidade em direção a um *gerenciamento ambiental* que seja global e sustentável. (Crutzen, Stoermer, 2015, grifo nosso)

A “tarefa humana” de promover a sustentabilidade é, ao mesmo tempo, um chamado ético e uma generalização arriscada. O conjunto de seres humanos não participa igualmente do sistema produtivo e as benesses do conhecimento científico não são igualmente distribuídas. Nesse sentido, o chamado ético dos autores restringe-se à comunidade científica global da qual ambos fazem parte, e incorre no equívoco de distribuir igualmente a responsabilidade pelos “estresses” ao conjunto da humanidade.

O biólogo e o químico estão falando para os seus, a “comunidade mundial de pesquisa e engenharia”, que deverá encontrar uma “estratégia mundialmente aceita” para um “gerenciamento ambiental” global e sustentável. Na sua origem, o conceito de Antropoceno é feito por e para engenheiros e cientistas das áreas naturais e exatas, para sensibilizar a sociedade a renovar suas soluções ambientais, que ensejaram todo um novo mercado no chamado capitalismo verde. Através de lutas políticas, organizações internacionais, estados e empresas têm sido instados a diminuir seus impactos ambientais.

Em um livro de crônicas de divulgação científica de 2023, Mauro Galetti, biólogo, ecologista e um dos diretores do Centro de Pesquisa em Biodiversidade e Mudanças Climáticas – CBioClima, da Unesp, campus de Rio Claro, abre a discussão resumindo argumentos para o enquadramento do Antropoceno como época geológica. Ele diz que uma época geológica se caracteriza por alterações nos elementos químicos, fósseis e rochas, ou é marcada por grandes eventos de extinção em massa (Galetti, 2023, p. 23).

Segundo o ecologista, no Antropoceno, elementos químicos foram criados e alterados, principalmente por reatores nucleares, e anualmente 2,7 milhões de metros cúbicos de pesticidas são consumidos no mundo, com moléculas “inventadas pelo homem” (Galetti, 2023, p. 24). Sobre as rochas, o concreto pode ser considerado uma rocha fabricada pelo homem e há registros de rochas sendo formadas com plástico, que aliás é o principal fóssil (ou tecnofóssil) listado pelo autor como sendo a “marca” do Antropoceno. No último quesito, novas raças e variedades de espécies surgiram com a domesticação e a manipulação genética, mas o número de espécies que já foram extintas ou caminham para a extinção é ainda maior (Galetti, 2023, p. 34). Além, é claro, do fato de que “um dos maiores argumentos sobre o

surgimento da época dos humanos é que só nós somos capazes de mudar o clima” (Galetti, 2023, p. 34).

O livro reúne crônicas, experiências pessoais e dados científicos que falam sobre os desafios ambientais do tempo em que vivemos e ganhou o Jabuti Acadêmico e o Prêmio da Associação Brasileira das Editoras Universitárias de 2024. Na última crônica, ele vislumbra os caminhos possíveis, dizendo que “quem propuser maneiras para desviarmos do ‘meteoro humano’ que está prestes a colidir com a Terra serão os futuros biólogos, ecólogos e tantos outros cientistas da área ambiental” (Galetti, 2023, p. 173). Esses cientistas, assim como para Crutzen e Stoermer, são os heróis que salvarão o planeta da vilania humana. Em suas palavras:

A medicina está cada vez mais interessada em entender como a natureza pode retardar a demência e a depressão. Engenheiros estão buscando alternativas para criar plásticos comestíveis e 100% biodegradáveis. A criação de reservas naturais que buscam aliar a conservação com a produção de renda para as comunidades locais são cada vez mais comuns e mostram ser viáveis. Nunca a humanidade esteve tão focada em questões socioambientais. (Galetti, 2023, p. 175).

O fato de esperar da medicina a solução (paliativa) para a demência e a depressão evidencia uma perspectiva de fé no progresso técnico para lidar com um desafio social, assim como a criação de plásticos comestíveis ou biodegradáveis por engenheiros foca em um aspecto prático sem lidar com a questão mais ampla dos restos da produção de petróleo - a grande causadora da profusão de plásticos nas últimas décadas. Em um movimento ideológico, Galetti separa a ciência do mundo produtivo que a tornou possível, apostando - talvez não tão inocentemente - que a salvação virá do seu algoz. Isso oculta as consequências políticas da racionalidade instrumental que marcou a ciência moderna, mas de nenhum modo soluciona a questão.

Os limites desse conceito, tais como os que apresentamos acima, vêm sendo explorados e denunciados desde sua criação. Um artigo publicado na Unesco Courier de abril de 2018 por Liz-Rejane Issberner e Philippe Léna apresenta alguns desafios à noção de Antropoceno:

Apesar do seu curto período de existência, o conceito de Antropoceno gerou várias controvérsias – a própria denominação foi questionada. Historiadores e antropólogos colocaram em dúvida a referência a antropos, esse ser humano genérico. Afinal de contas, quem é o responsável pela transgressão dos limites biogeofísicos, senão o humano ocidental e um sistema socioeconômico específico? Daí a multiplicação de propostas alternativas como “Ocidentaloceno”, “Capitaloceno” etc (Issberner; Léna, 2018).

Ao mesmo tempo, os autores dizem que as ciências humanas permaneceram muito tempo alheias ao tema:

É surpreendente que as ciências humanas e sociais tenham permanecido durante muito tempo alheias a essa problemática, considerando que ela determinará o futuro da humanidade. Além de serem antropocêntricas por definição, essas disciplinas consideravam que esse campo de estudos pertencia, por excelência, às ciências da natureza. A emergência do conceito de Antropoceno confere a essas áreas a responsabilidade de investigar e explicar como as sociedades humanas foram capazes de provocar tal magnitude de transformações no *modus operandi* do planeta, bem como os diferentes impactos dessas transformações sobre o mapa terrestre. As ciências sociais e humanas terão de desenvolver e encampar novos objetos e conhecimentos para responder as questões [sic] típicas dessa nova época: desastres naturais, energias renováveis, esgotamento de recursos naturais, desertificação, ecocídio, poluição generalizada, migrações, injustiça social e ambiental (Issberner; Léna, 2018).

Curioso ler que as ciências humanas estiveram muito tempo alheias a esse problema no mesmo artigo que aponta críticas de historiadores e antropólogos, e a responsabilidade de um “sistema socioeconômico específico”. Quando os autores se referem ao “antropocentrismo” das ciências humanas, parecem desconhecer o modo de abordagem crítica e reflexiva das ciências humanas e suas longas e profundas considerações. O tema da interação entre humano e natureza, por exemplo, é amplamente tematizado, principalmente por críticos da modernidade, seja no romantismo alemão, seja por Marx e Engels, pela escola de Frankfurt, toda a filosofia pós e decolonial, e tantos outros. Talvez seja mais precisamente o caso de as reflexões críticas não interessarem tanto a essa perspectiva do que a falta de interesse das ciências humanas pelo tema.

A título ilustrativo, vale mencionar o estudo que fizemos sobre o Museu do Amanhã (BERTOCHE, 2021). A exposição principal contou com diversos cientistas em seu corpo de consultores, apenas dois de ciências humanas, antropólogos. Em entrevista para a pesquisa, ambos relataram terem tido suas considerações ignoradas. Luiz Fernando Dias Duarte foi chamado a elaborar a área das culturas, mas sua proposta foi descontextualizada e teve seu sentido subvertido quando todas as culturas humanas foram retratadas como um acaso do cérebro humano. Ele chegou a publicar um artigo (2018) criticando as limitações do cerebralismo das neurociências que guia a exposição, que, segundo ele, tem “a mensagem subliminar de que nada se pode esperar das ciências humanas, colocadas a léguas de distância de qualquer uma das problematizações encenadas no Museu” (Duarte, 2018, p. 13). A antropóloga Fátima Portilho, pesquisadora sobre o consumo, também relatou o desmerecimento de suas contribuições para a exposição principal. Em entrevista, nos ilustrou a falta de compreensão do seu trabalho quando, em reunião do corpo de consultores, foi inquirida sobre a “pegada ecológica” de uma xícara de café - uma resposta que poderia se esperar de uma engenheira, mas não de uma antropóloga que estuda as implicações sociais do consumo.

A pegada ecológica é um conceito bastante presente nos discursos ambientais sobre o Antropoceno. Trata-se de quantificar os recursos naturais implicados em uma determinada prática ou modo de vida. Assim, o custo ambiental - terra, água, gases de efeito estufa - é particularizado, em produtos, indústrias e indivíduos. Isso serve de um lado para as indústrias se modernizarem em uma dupla realização de lucro: ao diminuir os custos ambientais e ao aumentar o valor dos produtos ecológicos. De outro, leva o custo ambiental até o consumidor, que é supostamente livre para escolher o impacto ambiental que quer provocar. Nesse sentido, trata como dados naturais as relações sociais que definem as cadeias produtivas.

Existe uma contradição entre a generalização das causas e responsabilidades para todos os seres humanos, e a distribuição, por assim dizer, particular, desigual e empírica dos efeitos. Ela tem sua origem no descolamento produzido entre o ser humano tomado em sua generalidade sem relação com o sistema material de relações sociais dentro do qual as coisas são produzidas.

Isso é o que nos ajuda a entender Andreas Malm (2018), quando repercutiu a fala do primeiro-ministro da República Dominicana na Assembleia Geral das Nações Unidas, depois que o furacão Maria devastou seu país gerando um prejuízo estimado de duas vezes o PIB da ilha:

Cinco dias após o furacão, o primeiro-ministro Roosevelt Skerrit, ele próprio desabrigado, dirigiu-se à Assembleia Geral das Nações Unidas: “Venho até vocês diretamente da linha de frente da guerra. [...] À medida que os dominiquenses sofrem com o peso da mudança climática, nós estamos arcando com as consequências das ações de outros, ações que colocam em risco a nossa própria existência, e tudo para o enriquecimento de alguns poucos em outros lugares” (Malm, 2018).

Malm aponta em seu artigo que os habitantes da Dominica, descendentes de escravos, indígenas, pequenos agricultores, não foram responsáveis pelas decisões que levaram às mudanças climáticas. Cita teóricos que defendem a responsabilização de toda a humanidade, os indianos Amitav Ghosh e Dipesh Chakrabarty, dizendo que assumir essa perspectiva seria pensar os desastres climáticos mais como um suicídio, o que seria profundamente equivocado. Ele conclui dizendo que essas pessoas e tantas outras são vítimas do Capitaloceno, que acumulará vítimas enquanto não for superado.

Eileen Crist, em “On the poverty of our nomenclature” (2016), chama a atenção para o fato de que nomear uma era geológica com o radical “antropos-” mais reforça a convicção do poder humano e a fé no progresso técnico do que carrega qualquer efeito crítico e reflexivo. Para ela, a ideia de Antropoceno reforça a necessidade de gerenciamento e tecnologias, e

portanto reforça os pressupostos antropocêntricos que levaram à exploração da natureza, em vez de combatê-los.

Déborah Danowski e Viveiros de Castro (2014) fazem uma crítica semelhante, dizendo que a separação sujeito/natureza difundida pela filosofia europeia coloca ela mesma a questão do fim do mundo, ameaçando os dois lados da dicotomia: a natureza porque é sujeitada, o ser humano porque está separado, alienado e alheio ao mundo natural de que faz parte. Para os autores, os discursos de fim de mundo que mostram uma vitória sobre a natureza na forma da sobrevivência através da tecnologia estão fadados ao fracasso, à contradição ou a uma infinita incompletude:

Esta versão do esquema "humanos sem mundo", entendido como uma superação da condição orgânica ou mundana da espécie, exprime a crença, e sobretudo o desejo, de que a tecnologia nos levará de um modo inexorável - mas que pode ser titanicamente acelerado ou covardemente retardado - a um melhoramento essencial do homem, um estado *ubermenschlich*, uma Nova Era pós-humana[...]. A culminação do Antropoceno trará consigo a obsolescência do humano, mas "para cima": isto é, por sua transfiguração gloriosa: no Reino do Homem, a mundanidade será absorvida por uma humanidade tecnicamente magnificada, emancipada do mundo. Não precisaremos mais prestar contas ao mundo, não teremos mais que nos haver com quaisquer limites, porque teremos nos tornado mundo, ao tornarmos o mundo ele próprio, o cosmos em seu todo, numa "forma de inteligência magnificamente sublime" (Danowski, Viveiros de Castro, 2014, p. 66).

Essa vitória sobre a natureza é impossível, uma vez que a dicotomia está na própria formulação do problema. Se o ser humano - ou o homem - se define como especial, superior e dominante, ele hegelianamente necessita da natureza, como Outro a ser dominado, que pode sempre irromper em um imperativo muito concreto como a fome, as epidemias, em última instância, a morte.

A morte, ou mais precisamente a extinção, é o tema central das reflexões de McBrien sobre o suposto Antropoceno, que ele defende que deveria ser chamado Necroceno. Segundo o autor, a história do capitalismo é a história da acumulação da extinção: não só de espécies, mas de culturas, linguagens, sujeitos, seu tempo, a terra e todos os seus ditos "recursos" naturais (McBrien, 2016, 116-117).

O "Antropoceno" desloca a origem da crise contemporânea para a espécie humana em lugar do capital. Isso reforça o que o capital quer crer de si mesmo: que a "natureza" humana, não o capital, precipitou a instabilidade atual do planeta. O Antropoceno diz que a "humanidade" colocou a Terra sob seu poder, e que ela poderia salvá-la ou destruí-la - no entanto, também diz que as consequências não intencionais desse poder só aceleram nossa impotência diante da inevitável vingança da Terra. Nós confundimos quem "nós" somos (como um tipo de massa humana indiferenciada) com aquilo que "nós" realizamos através do capital. Tomamos uma condição histórica da nossa organização econômica por um aspecto inato do ser humano. O Catastrofismo Planetário tornou-se a ideologia do capitalismo, e seu catastrofismo gera catástrofe. Tanto mais o capital tenta a subsunção real da Terra,

mais a Terra subsume o capital. No Necroceno, a farsa do capitalismo corre junto com sua tragédia (McBrien, 2016, p. 119).³

A tarefa dos engenheiros e biólogos de reproduzir novos remédios, espécies, fazer cálculos de carbono e pegada ecológica, na verdade ofusca o problema:

O discurso cientificizado de risco ambiental ofuscou a relação íntima entre a desigualdade econômica e a ambiental. Isso escusava o sistema de produção que ameaçava uma catástrofe ambiental ao colocar a humanidade como uma massa indiferenciada que teria se tornado um “agente planetário” (McBrien, 2016, p. 125)⁴.

Em suma, o Antropoceno como a noção da época dos humanos, criado pelas ciências exatas como uma forma de denúncia dos impactos ambientais causados pela humanidade, principalmente nos últimos séculos, carrega consigo uma ideia essencializada de ser humano, abstrata e descontextualizada, planejada em seus aspectos sociais e políticos, o que gera uma visão contraditória da técnica, que aparece tanto como algoz quanto como possibilidade de salvação. Nesse último sentido, onde a tecnologia pode nos salvar, a ambiguidade recai irrefletidamente também sobre o ser humano, que aparece como um ser potente o suficiente para arruinar o planeta e estúpido por fazê-lo: em alguma instância merecedor da sua própria ruína.

Dizer que a noção de Antropoceno esconde o que deveria mostrar pode ser melhor compreendido através do conceito marxista de ideologia. Vamos analisá-lo detidamente para verificar se o conceito de Antropoceno pode ser uma ideologia do nosso tempo.

O conceito de ideologia

O conceito de ideologia, embora não tenha nascido na obra de Marx e Engels, encontrou nesses autores uma formulação que se tornou canônica. Depois deles, muitos autores, marxistas ou não, se aventuraram na reflexão sobre o conceito, ampliando seu

³ No original: “The ‘Anthropocene’ displaces the origins of the contemporary crisis onto the human being as species rather than as capital. It reinforces what capital wants to believe of itself: that human ‘nature’, not capital, has precipitated today’s planetary instability. The Anthropocene says ‘humanity’ put the earth under its power, that it could either save or destroy it—yet it also says the unintended consequences of this power only accelerate our powerlessness over earth’s inevitable revenge. We have mistaken who ‘we’ are (as some kind of undifferentiated human mass) from what ‘we’ perform through capital. We have mistaken a historical condition of our economic organization for an innate aspect of the human being. Planetary Catastrophism has become the ideology of capitalism, and in this catastrophism begets catastrophe. The more capital attempts the real subsumption of the earth, the more the earth subsumes it. In the Necrocene, capitalism’s farce runs concurrent with its tragedy”.

⁴ No original: “The scientized discourse of environmental risk obfuscated the close relationship between economic and environmental inequality. This excused the system of production that threatened environmental catastrophe by framing humanity as an undifferentiated mass that had become a ‘planetary agent’”.

entendimento ou procurando derrotá-lo. Mesmo 180 anos depois da publicação de “A Ideologia Alemã” (2007), o tema não perdeu interesse e mantém sua potencialidade crítica.

N’A Ideologia, fica claro o embate de ambos com a ciência de seu tempo e seu enfrentamento com a filosofia idealista que se esparramou com o romantismo alemão e pela força do pensamento hegeliano. Contra o essencialismo da ciência alemã, Marx e Engels propõem uma ciência empírica que parta das coisas como elas são:

Nessa concepção das coisas tal como realmente são e tal como se deram, todo profundo problema filosófico é simplesmente dissolvido num fato empírico [...]. Por exemplo, a importante questão sobre a relação do homem com a natureza [...] desfaz-se em si mesma na concepção de que a célebre “unidade do homem com a natureza” sempre se deu na indústria e apresenta-se de modo diferente em cada época de acordo com o menor ou maior desenvolvimento da indústria (Marx; Engels: 2007, p. 30).

Contra o idealismo, nossos autores propõem um materialismo de tipo histórico e que não se deixa fixar monoliticamente. A ontologia marxiana versa sobre a determinação material do ser social que produz e é produzido por condições materiais que ele deve assumir, pois existem antes de sua existência na terra. Simultaneamente, o ser social deve reconhecer-se externalizado nesse mundo de coisas materiais produzidas, mundo natural que é humanizado pelo trabalho humano. Em outras palavras, Marx e Engels afirmam que a existência humana no mundo se produz e reproduz através do trabalho, realizado a partir de condições materiais determinadas.

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (Marx; Engels: 2007, p. 87).

O trabalho, contudo, não é uma faculdade neutra ou uma habilidade essencial. Ele se insere no modo de organização deste trabalho, no interior da forma específica como a produção é dirigida. Nesse ponto, a existência humana é desafiada pela alienação e pelo estranhamento, conceitos sem os quais o entendimento do que é ideologia ficaria fragilizado. Isto porque, no modo de produção capitalista, há um processo de apagamento do trabalho humano e o valor da mercadoria é tomado como um em si mesmo do próprio objeto.

Nesse modo de produção, a especialização e a divisão social do trabalho fazem com que a existência do mundo material passe a ser explicada pelas ideias e representações desse mundo, como se sua origem pudesse ser encontrada na transcendência, descolada de sua

origem material. A contradição é a marca do modo de produção que tem uma classe que vive da força do trabalho alheia, mas que precisa escondê-lo para justificar sua existência, em um processo dialético.

Aqui o conceito de ideologia mostra sua força. Ele extrapola a especulação filosófica e se torna crítica política, identificando no modo de produção a condição alienada de quem trabalha e o sistema de justificação que mantém a burguesia como classe dominante. A ideologia, portanto, é a visão de mundo da burguesia na Alemanha de Marx e Engels. Entretanto, eles nos dizem:

Nenhuma diferença específica distingue o idealismo alemão da Ideologia de todos os outros povos. Esta última considera igualmente que o mundo é dominado por idéias, que estas e os conceitos são princípios determinantes, que o mistério do mundo material, apenas acessível aos filósofos, é constituído por determinadas idéias (Marx; Engels: 2007, p. 87).

Para Marx e Engels, as ideias e representações são resultado da produção material e não a sua causa. Portanto:

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparecem, aqui, como emanação direta de seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual, tal como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo (Marx; Engels: 2007, p. 94).

Eles não negam a importância das representações ou das ideias, mas se recusam a aceitar o tratamento idealista das ideias como entidades autônomas e descoladas do mundo material em que são produzidas, pois

os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas (Marx; Engels: 2007, p. 94).

Nesse sentido, o ser social não pode ser encerrado em sua consciência, e o “eu penso, eu existo” precisa ser superado pela consciência que é situacional, pois a consciência é “ser consciente” da encarnação na vida real e concreta. Entretanto, “em toda a ideologia” esse estado da consciência é invertido e chegamos ao exemplo canônico da câmara escura, que Marx e Engels apresentam para descrever o fenômeno ideológico:

A consciência [Bewusstsein] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [bewusste Sein], e o ser dos homens é o seu processo de vida real. Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico (Marx; Engels: 2007, p. 94).

Notemos que, mesmo a inversão, que apresenta a consciência separada e anterior ao mundo que a produziu, é resultado de um arranjo produtivo historicamente constituído, pois, “os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar” (Marx; Engels: 2007, p. 94). Para eles, “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (Marx; Engels: 2007, p. 94).

Terry Eagleton nos ajuda a compreender que o conceito de ideologia ainda possui vitalidade e sobreviveu aos ataques que sofreu, à direita ou dos pós-modernos. Em sua “Ideologia: uma introdução” (1998), Eagleton apresenta a dupla trajetória do conceito, desenvolvida de forma epistemológica e de forma sociológica. Na trajetória epistemológica, ele menciona o debate acerca do falseamento da consciência ensejado pela “Ideologia Alemã” a que os próprios Marx e Engels voltaram n’O Capital. Já na trajetória sociológica, a ideologia foi pensada como instrumento de dominação ou de justificação da dominação de classe.

Aqui no Brasil, Marilena Chauí, em seu “O que é Ideologia” (2008), procurou deduzir os aspectos do conceito de ideologia da elaboração de Marx e Engels. Para a autora, resumidamente, a ideologia é: 1. O resultado da divisão do trabalho entre manual e intelectual; 2. A sugestão equivocada da independência do trabalho intelectual; 3. A compreensão equivocada de que os pensadores são independentes; 4. A crença na autonomia das ideias; 5. As ideias da classe dominante, disfarçadas de autônomas; 6. É originada da divisão de classes; 7. O conjunto de procedimentos usados para manter a dominação; 8. Uma forma de ocultar a dominação (Chauí, 2008, p. 92-93).

Tendo por função ocultar a dominação, a ideologia o faz: 9. Universalizando ideias particulares - da classe dominante; 10. Apresentando a base real (o interesse da classe dominante) de forma invertida; 11. Sendo abstração - porque desligada do concreto e mediado, e inversão - porque toma os efeitos pelas causas; 12. Se constituindo como aparência social - sem a compreensão histórica do processo real; 13. Se apresentando como um sistema de ideias a partir dessa aparência social; 14. E prometendo a universalidade, desejando se tornar senso comum, mas se contradizendo em sua prática, pois, operando, nega sua universalidade (Chauí, 2008, p. 93-97).

E ainda: a ideologia não pode pensar a luta de classes, porque se assumiria como particular; e a ideologia não tem história, porque é produzida materialmente por indivíduos e classes sociais, não por outras ideias, embora se apresente dessa forma (Chauí, 2008, p. 109-114).

Na tabela abaixo, sintetizamos esses pontos entre características e modos de operação da ideologia, onde cada item se liga a todos os outros, porque todas as características e modos de operação estão entrelaçados no concreto, e são distinguidas pela abstração conceitual.

Tabela 1: Síntese das características e modos de operação da ideologia

Ideologia	
Características	Modos de operação
É resultado da divisão do trabalho entre manual e intelectual; Afirma a independência do intelectual;	Universaliza as ideias particulares das classes dominantes escondendo a sua base real;
Toma pensadores como independentes; Tem fé na autonomia das ideias;	Abstrai-se do concreto e se inverte: toma os efeitos pelas causas;
Se origina da divisão de classes; São ideias da classe dominante;	Mantém a dominação; Oculta a dominação;
Se constitui como aparência social e como um sistema de ideias;	Se contradiz ao prometer e negar, simultaneamente, a universalidade;

Fonte: Chauí, 2008, elaboração nossa.

O Antropoceno como um conceito ideológico

Segundo nossa breve apresentação, é possível depreender do conceito de Antropoceno oito aspectos principais, sistematizados na tabela 2, abaixo. O Antropoceno diz que estamos na época dos humanos, é uma análise que denuncia a degradação ambiental, é feita principalmente por cientistas da natureza e tem uma importante função retórica, pretendendo transformar hábitos individuais. Traz consigo um conceito de humanidade genérica, que é essencializado e descontextualizado, o que implica uma visão do ser humano descolada do mundo social. Sendo responsável pelas mudanças ambientais, o ser humano é visto como um ser potente o suficiente para transformar a natureza e até acabar com ela, o que o tornaria merecedor do seu próprio fim. Ao mesmo tempo em que o Antropoceno surge do progresso da técnica, é da correção dessa mesma técnica que as ciências naturais esperam, irrefletidamente, a salvação.

Tabela 2 - Oito aspectos do conceito de Antropoceno

Proposta das ciências exatas Ignora a contradição da técnica	Época dos humanos Visão paradoxal do ser humano
Denuncia a degradação ambiental Responsabiliza hábitos e indivíduos	Essencialista e descontextualizada Descolada do mundo social

Fonte: elaboração nossa.

A primeira característica da ideologia constante na Tabela 1 é a divisão do trabalho e a crença na autonomização do trabalho intelectual, enquanto a segunda trata da suposta independência dos pensadores e das ideias. Elas podem ser observadas e relacionadas ao primeiro item da Tabela 2, dos aspectos do Antropoceno, olhando para o que aparece como auto-evidência da ideia de Antropoceno, que ignora a contradição da técnica, e para seus proponentes, os cientistas naturais.

Com a revolução burguesa e a serviço dela, a competição faz avançar as técnicas para expandir a acumulação - as ciências empíricas ampliam tanto seus domínios e capacidades que parecem ter vida própria, aparecendo como “conhecimento puro”, “técnica”, “tecnologia”. Crutzen e Stoermer mencionam a invenção do motor a vapor sem investigar o que demandou essa inovação. Eles mencionam números e proporções do Antropoceno acreditando, com muitos positivistas, que a quantificação será uma garantia de objetividade e imparcialidade. Da mesma maneira, acreditam que a engenharia de soluções ambientais é neutra, boa para “a humanidade”, em geral. Porque a autonomia das ciências faz crer na autonomia - generalização e abstração - de todas as ideias.

O conceito de Antropoceno nasceu com a preocupação de frear o processo de degradação ambiental, para manter a possibilidade da vida humana na Terra mais ou menos nos marcos em que ela está hoje. Nesse freio do processo de degradação sem alterar a vida como ela está, isto é, garantindo a manutenção das relações sociais atuais, se revela mais uma vez a particularidade das ideias dos cientistas. Estando em uma posição social de prestígio e em países do norte global, eles podem ver suas ideias como autônomas, independentes e até críticas, embora elas estejam permeadas por interesses econômicos em disputa, sendo que a ideia implica, por exemplo, na demanda por investimentos em pesquisas, tecnologias e indústrias verdes. Mesmo quando a técnica parece atuar em nome “da vida humana na Terra”, está em jogo, ainda, a lógica da acumulação, responsável pela exploração dos seres humanos e dos recursos naturais.

Em relação à “época dos humanos”, vemos que o Antropoceno promete e nega a universalidade, ensejando uma visão paradoxal do ser humano que se baseia na aparência

social de isolamento dada pela alienação e se constitui como um sistema de ideias variadas. Essa noção de humano é essencialista e descontextualizada, descolada do mundo social, o que provoca a abstração e a inversão dos conceitos, tanto de ser humano quanto de cadeias produtivas ou desastres ambientais.

Quando menciona a “vida humana na Terra” seja como causa ou como vítima, o Antropoceno faz um movimento duplo: de um lado, tenta sensibilizar indivíduos, estados e empresas para preservar a vida humana, de outro, considera que essa vida - sua técnica e sua multiplicação - é a causa mesma da degradação, portanto, culpada e indigna de consideração. Como mencionamos, quando o Antropoceno generaliza o ser humano como causador da crise ecológica, está tomando a parte pelo todo, mas também está alimentando um sentimento anti-humanista, uma desconfiança mútua universal, onde o outro humano é mais um consumidor de recursos, um competidor na escassez presente e vindoura.

Quando o Antropoceno anuncia um ser humano genérico, deslocado de suas relações sociais e sem posição na divisão social do trabalho, ele essencializa uma ideia que não existe, apagando os indivíduos reais e as disputas reais sob o nome de humanidade. Assim, não é possível perceber a história, a desigualdade e a luta de classes, e a única responsabilização possível pela “ameaça à toda a vida na Terra” é a do consumidor. Assim, o conceito propõe uma individualização da responsabilidade, contando pegadas ecológicas, fazendo do comportamento e do hábito dos indivíduos consumidores o instrumento da salvação do planeta.

Na aparência social, as pessoas experimentam isso: elas estão isoladas umas das outras, se relacionam às outras através do consumo e são progressivamente reduzidas as consumidoras. A ideia de humanidade é cada vez mais reduzida à culpa compartilhada. O sistema de produção aparece - ou se esconde - como um dado sobre o qual as pessoas não têm o menor poder.

A ideia de “espécie humana” é uma abstração que pode ter propósitos universalizantes úteis em alguns casos. É possível que muitos dos ecologistas defensores do Antropoceno vejam no conceito uma chance de cuidar da espécie humana, sensibilizando os mais ricos para a preocupação sócio-ambiental ao apelar para o conceito de humanidade. Mas para além disso, as energias renováveis e o mercado de carbono são o capitalismo se esverdeando para continuar extraindo valor, dessa vez da degradação ambiental, e se legitimando através deste conceito. A abstração da humanidade em consumidores é necessária para ocultar a luta de classes, a acumulação e todos os processos reais envolvidos na degradação ambiental.

Uma inversão evidente é aquela que responsabiliza os consumidores e quer revelar a degradação ambiental nas cadeias produtivas como um dado natural. Toma-se o ponto de chegada, o consumidor, pela causa e se propõe que ele inverta a cadeia através de uma transformação em seus hábitos. Assim, por mais que a cadeia produtiva seja evidenciada, sua responsabilidade pela degradação é esvaziada. Enquanto isso, a produção no sistema capitalista continua seu processo de realização de lucro, ampliando o número de excluídos e aprofundando as desigualdades: haja vista a enorme massa de despossuídos - e o montante sempre crescente de lixo.

A causa da degradação ambiental é o próprio modo de produção, não, como insistem em afirmar, a explosão demográfica. Nesse sentido, o conceito abre mão de preservar a “vida humana”, ou a “humanidade”. Na universalização da desgraça, pode ser um fato que a humanidade seja toda atingida, mas os desastres atingem primeiro os mais pobres, desde sempre, e os ricos que realmente acreditam nos perigos climáticos estão comprando bunkers de luxo com toda a tecnologia disponível⁵. O tempo do humano que se anuncia é, como diz McBrien, o catastrofismo planetário, e esse catastrofismo só tende a gerar mais catástrofe.

Considerações Finais

Olhando para o Antropoceno através do funcionamento da ideologia, em sentido Marxista, fica mais claro o seu apelo, porque não é uma afirmação isolada, mas combina com outras ideologias da classe dominante e do nosso tempo econômico, seja do progresso técnico, seja do isolamento individual, seja de um anti-humanismo cada vez mais disseminado.

Seu apelo científico vem de uma confiança na técnica e de sua aceitação como um dado natural que data pelo menos da revolução científica, que é generalizada. É operada tanto por aqueles que ainda negam cegamente os desastres ambientais quanto pelos outros que anunciam a catástrofe para vender soluções urgentes e necessárias de engenharia ambiental. Nos movimentos reacionários de negação da ciência, não se chega a questionar a valorização das engenharias, reservando um lugar de especial despreço pelos saberes humanos e sociais.

Seu apelo político vem da redução neoliberal da política ao indivíduo. Com as cadeias produtivas cada vez mais globalizadas e o mundo das coisas cada vez mais complexo, o

⁵ <https://forbes.com.br/forbeslife/2025/01/por-dentro-de-um-bunker-apocaliptico-de-r-18-bilhao>

fetiche da mercadoria mais desenvolvido e o crescimento do desemprego e do desalento, a percepção social mais difundida é a de consumidor, que vem junto de uma propaganda massiva de responsabilização individual: pelo consumo, pelos serviços acessados, pelas doenças e qualquer tipo de fracasso. A individualização da responsabilidade ambiental é só mais uma de muitas outras.

Seu apelo metafísico vem de uma cultura anti-humanista latente, que reaparece com o descrédito das grandes narrativas, da democracia, dos valores de pluralidade, diversidade e direitos. Sem uma perspectiva política de emancipação, a aventura humana na Terra está restrita à antiga metafísica liberal, onde o ser humano, proprietário de si mesmo, é isolado, auto-interessado, rival um do outro, dominador da natureza e predador de tudo o que puder.

Nesse sentido, o conceito de Antropoceno envolve muitas camadas de generalizações sobre a humanidade, a natureza, a técnica e a sociedade, tendendo a ocultar muito mais do que revela, a naturalizar muito mais do que critica, de modo que seus benefícios ainda parecem muito pequenos se comparados à produção e divulgação dos conceitos contra-hegemônicos, que analisam e criticam a ordem social do mundo. Seguimos precisando estudar a teoria marxista e desenvolvê-la, uma vez que o mundo que ela analisava se desenvolveu, mas de modo algum foi superado.

Concretamente, o conceito de Antropoceno esconde - e revela - que o capitalismo agoniza. A necessidade constante de expansão do mercado faz com que as crises capitalistas fiquem mais intensas e frequentes, ameaçando concretamente “a vida tal qual a conhecemos” e o modo de acumulação capitalista. Enquanto isso, os desastres climáticos têm se intensificado e se generalizado. Os dados objetivos, de temperatura, chuvas, desertificação, extinção e escassez são sentidos pelas pessoas em seus cotidianos, e mostram que há algo de errado. Quando aparece na TV, em um museu de ciência financiado por petrolífera, ou é discutido em Davos pelas pessoas mais ricas do mundo, o conceito de Antropoceno precisa apontar para o ser humano, estando desligado de suas causas reais, objetivas e históricas.

E qual seria melhor disfarce para a mortandade do capitalismo do que uma época geológica? Se entranhar nas rochas que não pôde minerar, se espriar pelos lagos que não bebeu, se eternizar nos plásticos que não reciclou, e, no dia do julgamento, resta apontar para a criança que demorou no banho, a senhora que esqueceu a sacola retornável, o mestre de obra que fazia um churrasco. É a humanidade, o problema.

BIBLIOGRAFIA:

Chauí, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense. 2008.

Crist, Eileen. On the poverty of our nomenclature. In: Moore, Jason W. **Anthropocene or Capitalocene?** Nature, History and the Crisis of Capitalism. Oakland: PM Press. 2016. p.14-33.

Crutzen, Paul J; Stoermer, Eugene F. **O Antropoceno**. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, seção Extra! [conteúdo exclusivo online], 06 nov. 2015. Disponível em: <<https://piseagrama.org/extra/o-antropoceno/>> Acesso em: 12/04/2025.

Danowski, Déborah; Viveiros de Castro, Eduardo. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Desterro (Florianópolis): Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental, 2014.

Duarte, Luiz Fernando Dias. Ciências humanas e neurociências: Um confronto crítico a partir de um contexto educacional. **Revista brasileira de ciências sociais**, vol. 33 n° 97, 2018. Disponível em: Acesso em: 13/04/2025.

Galetti, M. **Um naturalista no Antropoceno**: Um biólogo em busca do selvagem [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2023, 183 p. <https://doi.org/10.7476/9786557144541>.

Issberner, Liz-Rejane; Léna, Philippe. Antropoceno: os desafios essenciais de um debate científico. **Unesco Courier**. 24 de Abril de 2018. Disponível em: <<https://www.unesco.org/pt/articles/antropoceno-os-desafios-essenciais-de-um-debate-cientifico>> Acesso em: 12/04/2025.

Löwy, Michael. **O que é o antropoceno?** Youtube, TV Boitempo, 27/10/2023. 3'47. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=T-kbj0xPRmA&t=227s>> Acesso em 12/04/2025.

Malm, Andreas. **A perspectiva da Dominica**: Antropoceno ou Capitaloceno: Disponível em: <<https://courier.unesco.org/pt/articles/courier/2018-2/view-dominica-anthropocene-capitalocene>> Acesso em: 12/04/2025.

Marx, Karl; Engels, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

McBrien, Justin. Accumulating Extinction: Planetary Catastrophism in the Necrocene. In: Moore, Jason W. **Anthropocene or Capitalocene?** Nature, History and the Crisis of Capitalism. Oakland: PM Press. 2016.